

VALOR PÚBLICO NA SAÚDE: uma revisão sistemática sobre os valores criados

REDVÂNIA VIEIRA XAVIER

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

NORBERTO HOPPEN

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

PEDRO GARRIDO VEGA

UNIVERSIDAD DE SEVILLA

Agradecimento à órgão de fomento:

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

VALOR PÚBLICO NA SAÚDE: uma revisão sistemática sobre os valores criados

INTRODUÇÃO

O valor público está cada vez mais presente na literatura de política e administração pública e, mais especificamente, nos programas de melhoria do setor público (Williams & Shearer, 2011). Apesar disso, de acordo com Williams, Kang & Johnson (2016), as definições de valor público e dos seus elementos constituintes ainda não estão consolidadas e pesquisas sobre o tema continuam importantes (Jørgensen & Vrangbæk, 2011).

Estudos sobre o conceito de valor público surgiram na literatura há cerca de vinte anos (Corcoran, Rowling, & Wise, 2015) e o conceito emergiu numa perspectiva bem teórica (Moore, 1995; Bozeman, 2007). Só mais recentemente as pesquisas para compreender o “valor público” privilegiam uma visão mais empírica (Jørgensen & Vrangbæk, 2011). Moore (1995), para explicar valor público, concentrou-se principalmente nos gestores públicos. Nos seus estudos ele coloca que o valor da gestão pública deveria ser o equivalente ao valor da gestão privada para os acionistas, e que o valor público resulta principalmente do desempenho do governo. Por isso o valor público pode ser entendido como o valor ou a importância que os cidadãos atribuem ao resultado de políticas governamentais e à manutenção da segurança e legitimidade do estado (Moore, 1995). Bozeman (2007), partindo da esfera social e política, definiu que os valores públicos de uma sociedade são aqueles que representam consenso normativo sobre: a) os direitos, benefícios e prerrogativas aos quais os cidadãos devem e não ter direito; b) as obrigações dos cidadãos para com a sociedade, o estado e uns aos outros; e c) os princípios sobre os quais governos e políticas deveriam se basear.

Jørgensen & Vrangbæk (2011) e Bozeman (2007) consideram os valores públicos importantes para a sociedade porque estes são capazes de evidenciar percepções da realidade, dar identidade a indivíduos e organizações e dar significado ao serviço público. Além disso são necessários para a manutenção de comunidades e sociedades, porque os valores públicos podem guiar comportamentos nas organizações, mesmo aqueles difíceis de serem mudados.

Ainda que o conceito de valor público já tenha sido apresentado de diversas formas, Connolly (2016) coloca que, para autores como Rhodes & Wanna, 2007, Williams & Shearer, 2011, Williams, Kang, & Johnson, 2016, as definições de valor público são "confusas", "difusas" e "vagas". Williams, Kang & Johnson (2016) afirmam que nos debates sobre valor público ainda existem dúvidas, como por exemplo, determinar quais são os valores públicos e seus diferentes tipos, como ajustar os argumentos e quais os ambientes em que os valores públicos podem ser abordados. Jørgensen & Vrangbæk (2011) e Farr & Cressey (2018) colocam que as definições de valor público podem ser politicamente contestadas. E, para Williams & Shearer (2011), a definição de valor público carece de clareza, tanto na teoria quanto no relato das ações e programas públicos específicos. Por isso a definição de valor público ainda apresenta uma certa ausência de clareza.

Dessas colocações, com destaque para a multiplicidade de conceituações e a diversidade de valores públicos para diferentes ambientes públicos, decorrem as questões de pesquisa do estudo: Qual é o conceito atual de valor público? Quais são os valores públicos que estão sendo criados no âmbito da saúde? Quais são as ferramentas utilizadas para mensurar o valor público? Para respondê-las, foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados mais importantes para o tema, com o objetivo de identificar o conceito atual de valor público, elencar os valores públicos que estão sendo criados no âmbito da saúde e verificar quais as ferramentas utilizadas para medir o valor público.

Este tipo de estudo justifica-se, pois, de acordo com Bozeman (2007) para encontrar o valor público é necessário realizar o mapeamento e analisar como as atividades podem criar valor público. Além disso, as abordagens de valor público também necessitam desenvolver

“ferramentas” para mapear quais as partes interessadas, analisar fontes, distribuição do valor público e exercício de poder (De Jong et al. 2017).

Este estudo está estruturado da seguinte forma: na próxima sessão é apresentada a metodologia adotada para revisar a literatura. A seguir são apresentados os principais resultados da análise efetuada, seguindo o formato de um referencial teórico. Estes resultados, na sequência, são discutidos na forma de constatações. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Considerando o seu objetivo, este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática, de cunho qualitativo e com abordagem narrativa. A adoção da abordagem narrativa facilita a inclusão de um levantamento maior de literaturas, possibilitando a criação de um resumo, a explicação e interpretação dessas literaturas, a elaboração de conclusões mais amplas sobre a situação atual do conhecimento, e a identificação e exploração de áreas específicas de interesse (Williams & Shearer, 2011).

A revisão sistemática compreendeu o período 2009 – 2019 e foi realizada em duas fases. Na primeira fase, foram definidas as questões de pesquisa, os critérios de inclusão, visando selecionar os artigos incluídos na revisão, e os critérios de exclusão, para excluir os artigos que não se alinham com o escopo (Biolchini, et al., 2005) – ver Tabela 1. Na sequência foram definidas as palavras-chave para realizar as buscas dos artigos, respectivamente: *Public value*, *Health*, *Public Health* e *Public Hospital*. Essas palavras foram aplicadas por combinação (*strings*) e buscadas nos artigos nas seguintes bases de dados: *Google Scholar*, *Web of Science*, *Scopus* e *ABI/Inform Global*. Essas bases de dados foram escolhidas porque permitem o acesso a trabalhos completos publicados nos principais periódicos internacionais da área pública e governamental (Sadiqi, 2018). Nesta etapa foi encontrada uma amostra inicial de 353 artigos. Desta amostra foram excluídos os artigos em duplicidade (30), restando 323 artigos que serviram de base para a realização da revisão sistemática e para as triagens da pesquisa, utilizando os critérios de inclusão.

Tabela 1 – Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de Inclusão (CI)	Critérios de Exclusão (CE)
CI1 Estudos publicados em inglês;	CE1 Estudo que não foram publicados em inglês;
CI2 Pesquisas publicadas revistas e jornais científicos e conferências;	CE2 Estudo repetidos (duplicatas) ou desatualizados;
CI3 Estudos publicados no período de 2009 até 2019;	CE3 Impurezas: livros completos, teses, dissertações, artigos de revistas e jornais não acadêmicos (não revisados por pares);
CI4 Estudos com os títulos e resumos relacionados às <i>strings</i> de pesquisa;	CE4 O título não está relacionado às palavras chaves das <i>strings</i> de pesquisa;
CI5 O conteúdo relacionado às questões de pesquisa ou objetivos desse estudo.	CE5 O resumo não está relacionado às palavras chaves das <i>strings</i> de pesquisa;
-	CE6 O conteúdo não está relacionado às questões de pesquisa ou objetivos desse estudo.

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Na sequência, ainda utilizando os critérios de exclusão, foram excluídas as impurezas da amostra, ou seja, os textos não publicados em periódicos ou congressos, tais como, dissertações, teses, livros completos e artigos de revistas e jornais não acadêmicos. Restaram 221 artigos cujos títulos foram analisados individualmente. Permaneceram na amostra os artigos que continham no mínimo uma das palavra-chave da pesquisa no seu título. Após esta triagem, a revisão sistemática continuou com 55 artigos, cujos resumos foram lidos na íntegra. Nesta fase do estudo utilizou-se “*Mendeley Desktop* versão 1.17.10” como ferramenta facilitadora da revisão sistemática. Após a leitura dos resumos, sobraram 26 artigos que abordaram o tema proposto nesta pesquisa. Dos 26 artigos encontrados, 17 possuem abordagem teórica e 9 são estudos empíricos (lista no apêndice A). Esses 26 artigos

configuraram a amostra final para iniciar a 2ª. fase da revisão sistemática - a leitura completa dos artigos. A Tabela 2 resume as duas fases da revisão sistemática com todas as suas etapas:

Tabela 2 – Fases da revisão sistemática

1ª. Fase	1ª. Etapa	2ª. Etapa	3ª. Etapa	4ª. Etapa	5ª. Etapa	6ª. Etapa
Procedimentos	Escolha da questão de pesquisa	Busca com as <i>strings</i> nas bases de dados	Exclusão das duplicatas	Remoção das impurezas	Seleção por títulos	Leitura dos resumos
Nº. de artigos	-	353	323	221	55	(55-29 = 26)
2ª. Fase	1ª. Etapa	2ª. Etapa	3ª. Etapa	4ª. Etapa	5ª. Etapa	6ª. Etapa
Procedimentos	Leitura e codificação o dos artigos	Identificação de outros artigos durante as leituras	Codificações (<i>Nvivo</i>)	Criação de matrizes (<i>Nvivo</i>)	Análise dos resultados	Discussão dos resultados e elaboração do artigo
Nº. de artigos e outros	26	26 + 20 = 46	428	11	-	-

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Para realizar as 428 codificações, a criação de 11 matrizes, a análise dos dados e a apuração dos resultados, a pesquisa utilizou o software “*NVivo Pro*®, versão 12”. À medida que era realizada a leitura dos artigos, eram geradas as codificações e, conseqüentemente, gerados, de forma indutiva, os temas abordados nesta revisão sistemática. As matrizes foram estruturadas como suporte para identificar e realizar o cruzamento do escrito pelos autores com os temas, sendo posteriormente explanados na análise de resultados. Observa-se na Tabela 2 que, além dos 26 artigos da revisão sistemática, foram incluídas mais 19 literaturas (artigos, livros e/ou capítulos de livros) encontrados durante as leituras dos artigos. Estas foram importantes para melhorar a compreensão dos temas pesquisados. Sendo assim, a amostra final da pesquisa foi de 46 estudos. Para a análise dos resultados o estudo adotou a estratégia de análise do conteúdo com uma abordagem narrativa.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS (REFERENCIAL TÉORICO)

A análise da literatura foi elaborada a partir das 46 literaturas da amostra final. Ela resultou em um resumo sobre valor público, governança pública, legitimidade e benefícios do valor público, ferramentas de identificação, valor público na saúde, e em uma síntese narrativa sobre a natureza da teoria e aplicações de valor público na saúde.

3.1 Valor público

A teoria do “valor público” e sua definição foram criadas por Moore (1995) em meados de 1995. Desde então, o conceito de Moore (1995) foi adotado internacionalmente por várias organizações do setor público (Zhang & Wang, 2010). Para Moore, a criação de valor público equivalia à criação de valor para o acionista na gestão privada, ou seja, a percepção dos cidadãos sobre o desempenho do governo para sociedade era semelhante à visão dos acionistas sobre o retorno do investimento (Williams & Shearer, 2011; Simonet, 2017a). Além disso, fazer a contabilidade do valor público é uma alternativa que retrata os valores para os cidadãos identificarem o que foi produzido (Moore, 2014; Kearney & Meynhardt, 2016). A definição de Moore foca o contexto de que cada funcionário público é livre para buscar e propor novas ideias sobre como aperfeiçoar o trabalho da organização, em forma de eficiência ou serviços (Zhang & Wang, 2010), e o valor público poderia capacitar alguém a fazer algo ou estimular uma organização a contribuir para a sociedade, oferecendo serviços eficientes e transparentes (Sadiqui, 2018). Nas discussões realizadas por Moore, o foco era sempre sobre o papel do administrador público, do tomador de decisões estratégicas, sobre o responsável pelas estruturas institucionais e políticas e também sobre como orientar

os gestores para desenvolver inovações e ideias empreendedoras. (Williams & Shearer, 2011; Kearney & Meynhardt, 2016; Sadiqi, 2018).

Para ajudar os gestores públicos a criar valores públicos, Moore elaborou o que ficou conhecido como o “triângulo estratégico” (Williams & Shearer, 2011; Cordella & Willcocks, 2012; Corcoran, Rowling & Wise, 2015; Kearney & Meynhardt, 2016; Farr & Cressey, 2018). O triângulo estratégico é um arcabouço teórico multidimensional que alinha três processos distintos, e é formado por três dimensões (Benington & Moore, 2011): 1. Objetivos e resultados do valor público; 2. Ambiente de autorização; e 3. Capacidade operacional. Essas dimensões tanto podem limitar quanto ajudar na procura do valor público (Williams & Shearer, 2011).

A primeira dimensão destaca a relevância de buscar objetivos e resultados que produzam benefícios mensuráveis no ambiente público e que abordem as prioridades declaradas pela população, ou seja, os objetivos e resultados essenciais de programas públicos devem ser medidos (Williams & Shearer, 2011; Cordella & Willcocks, 2012). A segunda dimensão admite que os objetivos e resultados de valor público devem ser legitimados, ou seja, os gestores devem procurar estratégias disponíveis para criar uma plataforma de legitimidade, pois o impacto e o desempenho dos objetivos e resultados devem ser divulgados. Além disso, cabe ressaltar que os objetivos e resultados só podem ser buscados com autorização prévia do governo e o apoio contínuo dos principais interessados externos, incluindo o governo, grupos de interesse e doadores (Williams & Shearer, 2011; Benington & Moore 2011; Cordella & Willcocks, 2012). E a terceira dimensão, refere-se aos recursos (incluindo finanças, pessoal, habilidades e tecnologia), construídos para perseguir o valor público, ou seja, o reconhecimento de que os objetivos e resultados do valor público devem ser alcançados com o apoio da capacidade operacional. Sendo assim, o dirigente da instituição deverá se organizar para atingir os objetivos declarados, pois todos os recursos serão disponibilizados para esse fim (Benington & Moore 2011; Williams & Shearer, 2011). As dimensões da teoria do valor público de Moore foram adaptadas por Kelly, Mulgan & Muers (2002), os quais colocaram que os valores públicos podem ser resumidos em três níveis: serviços (qualidade e eficiência), resultados e confiança ou legitimidade (entre cidadãos e governo) (Williams & Shearer, 2011; Sadiqi, 2018).

Além de Moore, por volta de 2007, Bozeman também ganhou destaque na literatura sobre “valor público”, porém, com uma visão diferente de Moore sobre a definição do tema (Williams & Shearer, 2011; Jørgensen & Vrangbæk, 2011; Connolly 2016; Kearney & Meynhardt, 2016; Simonet, 2017a; Farr & Cressey 2018). Para Bozeman (2007) “valores públicos” são aqueles que incluem os direitos, benefícios e prerrogativas que os cidadãos devem ou não ter direito, são as obrigações dos cidadãos para com a sociedade e os princípios sobre os quais os governos e as políticas devem se basear (Bozeman, 2007; Kearney & Meynhardt 2016; Farr & Cressey, 2018). Na definição de Bozeman (2007) os valores públicos constituem os objetivos que devem ser seguidos no setor público, que se manifestam através de códigos, ética, normas ou princípios (Jørgensen & Vrangbæk, 2011). De acordo com Bozeman, pesquisas sobre valor público não devem ser sobre “criar valor público”, como proposto por Moore (1995), mas sobre a análise teórica e empírica de manifestações normativas no setor público (Jørgensen & Vrangbæk, 2011).

Alford e Hughes (2008), Meynhardt (2009) e Alford & O'Flynn (2009) apresentam novas propostas e perspectivas sobre o valor público. Meynhardt (2009) propõe um vínculo entre a perspectiva de processo de Moore com a perspectiva institucional de Bozeman. Para Meynhardt (2009), o desempenho no setor público seria uma espécie de contribuição para o valor público, que seria percebido e avaliado pelo próprio público, fundamentado na percepção das pessoas e no “fazer sentido”. Para o autor, essa percepção evidencia a realidade e o valor público é encontrado nas relações entre o indivíduo e a sociedade.

Já os autores Alford & Hughes (2008) e Alford & O'Flynn (2009) acreditam que o valor público representa uma nova fase para a administração pública. Os autores sugerem que as três dimensões do triângulo estratégico de Moore deveriam ser implantadas conjuntamente com a teoria empírica, para evidenciar o que realmente está sendo realizado, com a teoria normativa para fornecer orientação práticas sobre o que deve ser aplicado, e com uma estrutura para avaliar o desempenho gerencial (Corcoran, Rowling & Wise, 2015). Os autores também argumentam sobre o “pragmatismo do valor público” e distinguem uma ideia de aplicação do pragmatismo em três níveis (programas, organizações e setores públicos inteiros). Posteriormente, os autores também abordam o valor “fazer sentido” para a sociedade e entram com o debate sobre a coprodução ou cocriação do valor público, pois a coprodução do valor público (com os cidadãos e usuários) aumentaria o comprometimento com questões morais e sociais (Alford & Hughes 2008; Alford & O'Flynn, 2009).

A literatura (principalmente Moore, 1995; Alford & O'Flynn, 2009; Connolly, 2016) sugere que o valor público e os processos de criação de valor estão diretamente ligados às questões de coprodução e participação dos cidadãos, autonomia gerencial e *accountability*, ênfase nos resultados, pragmatismo e pureza ideológica metodológica, cultura organizacional avaliativa e responsiva, devolução da autoridade, trabalho em parceria, aprendizado organizacional, inovação contínua, gerenciamento de rede e colaboração (Connolly, 2016). Outros aspectos também são abordados sobre a definição de valor público, discussões sobre “o valor público” ser ainda um conceito confuso (Rhodes e Wanna, 2007), um refinamento de paradigma do *New Public Management (NPM)*, explanando suas semelhanças, relações e diferenças (Simonet, 2017a), uma análise de contribuição do processo que pode ser usado para contemplar as complexidades da governança da rede (Haynes, 2015; Connolly, 2016) e a relação entre a satisfação da necessidade e os recursos usados para alcançar essa satisfação (Schlichter, Svejvig, & Andersen, 2014).

Como muitos assuntos foram abordados na literatura sobre o valor público, a revisão sistemática permitiu resumir os três temas que mais de destacaram e que estão apresentados a seguir.

3.2 Governança pública, legitimidade e benefícios do valor público

A teoria do valor público e do novo serviço público é baseada em ideias sobre a cidadania democrática, comunidade e sociedade civil, e fundamenta-se na governança exercida por cidadãos, comunidades de interesses ou populações (Murphy, 2013). O valor público sempre vai necessitar de ajustes institucionais e as vezes poderá ficar limitado devido aos problemas sociais (Sadiqi, 2018). Na busca do valor público, é fundamental que os gestores públicos reconheçam que os resultados sociais serão influenciados por forças econômicas, sociais e políticas (Corcoran, Rowling & Wise, 2015). Portanto, é preciso criar valores públicos e inovar a governança pública incessantemente, pois estes dois alinhados desempenham um papel fundamental para ajudar nas amplas necessidades sociais, na pressão econômica e nas condições deficientes da prestação de serviços públicos (Sadiqi, 2018).

As estruturas de governança pública tornaram-se o produto de competição e de compromisso contínuo entre as instituições (Murphy, 2013). Autores com Haynes (2015), Corcoran, Rowling & Wise (2015) e Connolly (2016) apoiam a estrutura da governança em rede para a busca e evidenciação dos valores públicos na administração pública. Mas, além da governança em rede, existem outros tipos específicos de estruturas organizacionais de governança pública, como a governança por hierarquia, por clã e por mercado (Jørgensen & Vrangbæk, 2011). Porém, deve-se ter cautela na escolha da governança pública pela organização, pois, dependendo do tipo, pode ser que fomente alguns valores públicos e suprima outros (Jørgensen & Vrangbæk, 2011). Bryson, Crosby & Bloomberg (2014) e Sadiqi (2018) colocam que os objetivos da governança pública, a partir da perspectiva do

valor público, são resumidos em: a) prestar serviços de alta qualidade ao cidadão, adaptando os serviços aos cidadãos para criar valor; b) fornecimento de compreensão completa e uma concepção dos cidadãos como clientes através da integração de um sistema entre os departamentos; c) tornar o compartilhamento de informações disponíveis dentro dos governos centrais para os governos locais e outros parceiros, a fim de desenvolver cidades e comunidades inteligentes; e d) transformar o conhecimento e a experiência do serviço público, tornando os serviços mais acessíveis, responsivos, econômicos e mais convenientes para a comunidade em geral.

Para Williams & Shearer (2011) um dos assuntos fundamentais da teoria do valor público são as regras de comprometimento e legitimidade relativa de agentes públicos (representantes e executivos democraticamente eleitos e gerentes locais). Os autores levantaram questões como: Quem realmente deve criar valor público? Quem deve ser responsável pela criação de valor público? Quem tem autoridade legítima para se comprometer em buscar o valor para as sociedades? A resolução dessas questões e a compreensão dos processos que produzem e sustentam o valor público necessitará ainda de bastante investigação empírica e, principalmente, muitos debates (Williams & Shearer 2011; Bryson, Crosby & Bloomberg, 2014; Connolly, 2016).

A ideia de Moore da busca dos gestores públicos pela legitimidade dos valores públicos através de autorização prévia do governo e do apoio contínuo dos principais interessados externos, incluindo o governo, grupos de interesse e doadores (Benington e Moore, 2011) foi explanada no triângulo estratégico e foi bem aceita tanto por profissionais acadêmicos quanto do setor público (Sadiqi, 2018). Moore (1995) trouxe desafios relevantes para o setor público, aplicou a noção de “atenção ascendente”, ou seja, a busca constante por legitimidade e autoridade do ambiente político (Kearney & Meynhardt, 2016). A estrutura de legitimidade sugerida de Moore no triângulo estratégico foi bastante criticada por Rhodes e Wanna (2007). Porém, essas críticas foram refutadas por Alford (2008) que apontou ausência de robustez na abordagem de Rhodes & Wanna em relação ao ambiente de autorização do triângulo estratégico de Moore.

A definição de valor público de Moore emergiu como um meio de reconstruir a legitimidade das instituições públicas, validando seu valor e reconhecendo que as instituições públicas necessitam ganhar, persuadir, consentir, explicar e compartilhar responsabilidades (Beebejaun, et al., 2015). O equilíbrio e a distribuição da responsabilidade pela criação de valor também são assuntos bastante discutidos por Alford & Hughes (2008) e Gains & Stoker (2009). Williams & Shearer (2011), por sua vez, colocaram que os valores públicos para a governança pública estão relacionados com a história e a cultura do governo local.

Para Jacobs (2014), Moore difundiu a política pública como uma ferramenta para agregar benefícios para a sociedade, ou seja, um instrumento para criar e distribuir, de forma abrangente, oportunidades econômicas, civis e sociais para servir às comunidades e aos cidadãos. Na percepção de Kearney & Meynhardt (2016) o valor público vai além de resultados monetários, incluindo todos os benefícios que são reconhecidos pelos cidadãos.

De acordo com Schlichter, Svejvig & Andersen (2014), a terminologia e as noções para definir “valor público” variam muito, principalmente quando “valor”, “resultado” e “benefício”, estão ligados ao gerenciamento de valores públicos e à gestão de benefícios. Segundo os autores, diversas percepções são discutidas sobre valor público, alguns temas se concentram em medidas financeiras e de produtividade, enquanto outras focam em medidas não financeiras, em intangíveis, como capacidades organizacionais ou impacto estratégico.

O valor público é um valor relativo, ou seja, dependendo dos benefícios ou das desvantagens, o valor pode variar entre ser positivo ou negativo para as diferentes partes interessadas (Schlichter, Svejvig & Andersen, 2014). O valor público é uma tentativa de mensuração dos benefícios totais oriundos da ação do governo (Kelly, Mulgan & Muers,

2002). A Figura 1 ilustra alguns exemplos de valores públicos gerais mapeados na literatura internacional durante a revisão sistemática.

Figura 1 – Mapeamento de valores públicos

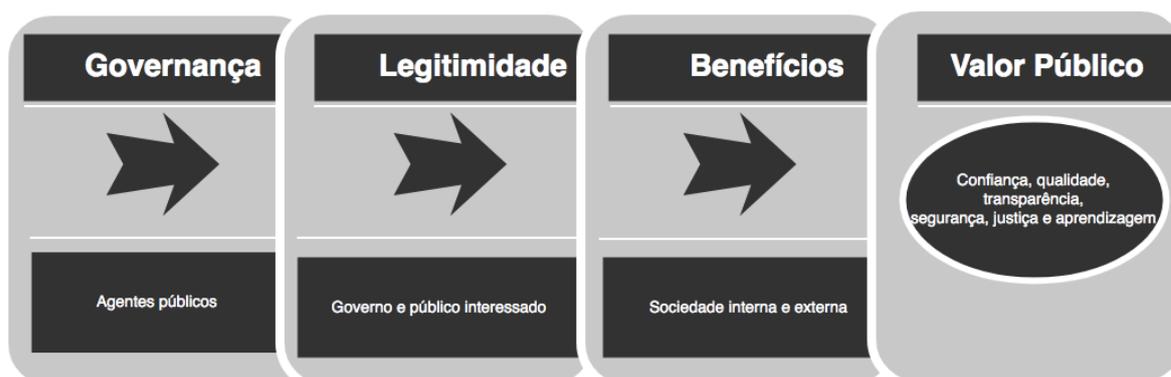


Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Na Figura 1 percebe-se que os valores públicos mais abordados entre os autores foram: confiança, serviços de qualidade (incluindo termos como eficiência, excelência e eficácia na prestação de serviço), aprendizagem, transparência, justiça e segurança. Percebe-se também a escassez de autores que apontam os exemplos de valores públicos de forma geral na prática. Talvez o motivo da ausência dessa informação seja que esses diferentes valores sociais e públicos demonstra a necessidade da criação de modelos ou estruturas mais favoráveis de contabilidade pública, social e de valor (Grieco, 2015; Farr & Cressey, 2018). Para estes autores ainda existe uma série de questões problemáticas para a mensuração do valor público, tais como: a) os valores e impactos públicos e sociais são altamente diversificados dependendo do seu propósito; b) os valores públicos incluem aspectos intangíveis e resultados que não possuem equivalentes de mensuração ou proxies; c) os valores públicos são executados em diferentes níveis, como por exemplo, nível internacional ou nível nacional, para um grupo pequeno ou individual; e d) o quê ou quem cria o “valor público” pode ser politicamente contestado.

Para finalizar, pode-se presumir que a governança, a legitimidade e os benefícios coletivos estão relacionados com o valor público, o produto final do processo. Dessa forma, na Figura 2 apresenta-se um esquema que possivelmente resuma as opiniões dos autores desta seção.

Figura 2 – Processo de organização para a busca do valor público



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Percebe-se nos discursos da maioria dos autores que, para o processo de criação de valor público, as instituições necessitam organizar uma estrutura de governança composta por agentes públicos, para legitimar com o governo e com o público interessado os benefícios coletivos que deverão ser mensurados e divulgados para beneficiar tanto o público interno quanto a sociedade externa, ou seja, as ações públicas, oriundas dos recursos públicos, são transformadas em valor público para os cidadãos. Para encontrar os valores públicos, os interessados no tema necessitam buscar as ferramentas de identificação e mensuração de valor público. Essas ferramentas serão abordadas no tópico a seguir.

3.3 Ferramentas de identificação e mensuração do valor público

Alguns dos valores públicos são nitidamente práticos e quantificáveis em termos monetários, mas outros valores possuem resultados de longo prazo e são bem mais difíceis e complicados de quantificar, como por exemplo, a dignidade das pessoas e a inclusão social (De Graaf & Paanakker, 2015; Simonet, 2017a). A colocação desses autores motivou a sistematização a seguir apresentada.

Bozeman, em 2007, criou uma estrutura de “mapeamento de valor público”. Em 2011, Slade adaptou uma estrutura equivalente ao mapeamento de Bozeman (2007), desenvolvida para identificar e avaliar a obtenção de valores públicos e aplicou para identificar as partes interessadas na nanomedicina emergente para o câncer e para fornecer evidências adicionais de possíveis falhas de valores públicos. A unidade de análise foi a declarações de valor público, obtida de mais de 100 documentos públicos produzidos pelas partes interessadas.

Em 2014, Moore elaborou uma abordagem de valor público como ferramenta para mensuração de desempenho para a administração pública, denominada *Public Value Accounting* (PVA). Esta contribui com os gerentes públicos para nomear, observar e contabilizar o valor que produzem para a sociedade, seja em saúde pública, educação pública, segurança pública, moradia, prevenção ao crime e entre outros âmbitos (Kearney & Meynhardt 2016). Esta abordagem considerou três implicações centrais para a prática da contabilidade de valor público: análise de custo-benefício, avaliação de programas e pesquisas de satisfação do cliente. A versão de Moore (2014) da *Public Value Accounting* (PVA) é uma estrutura que determina os valores para os cidadãos identificarem o que é produzido e refletido nas instituições públicas (Kearney & Meynhardt 2016).

Em 2010, Zhang & Wang adaptaram o modelo *Public Value Scorecard* (PVSC), de Moore (2003) para verificar se era possível a aplicabilidade da ferramenta nos serviços hospitalares públicos da China. As autoras concluíram que o PVSC pode ser considerada uma alternativa melhor em comparação ao *Balanced Scorecard*.

Farr & Cressey (2018) utilizaram a ferramenta SROI (retorno de investimento social) para evidenciar os valores públicos de um serviço de aconselhamentos. Essa ferramenta é derivada da análise de custo-benefício (ACB). O ACB é baseado em um modelo de economia do bem-estar neoclássico e uma abordagem de escolha racional, em que os cálculos econômicos são conduzidos para fornecer valores financeiros para aumentos no bem-estar humano (Farr & Cressey 2018). O objetivo do estudo utilizando o SROI foi, analisar e evidenciar o impacto social e econômico do aconselhamento. O banco de dados SROI ilustrou os benefícios e retornos de cada cliente de consultoria por meio de um mapa de impacto, com base em dados financeiros reais.

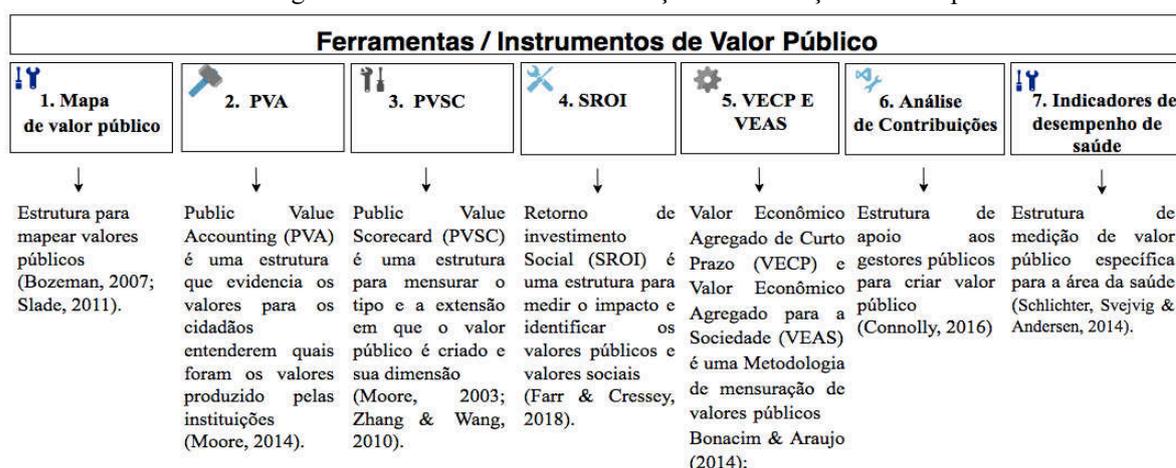
Bonacim & Araujo 2014, aplicaram o VECP (gasto do governo de um determinado período, que representa o quanto a sociedade “ganha” ou “perde” por terceirizar a prestação de um serviço para uma entidade isolada) e o VEAS (o valor devolvido para a sociedade por ela “deixar” o capital investido no Estado) para agregar valor num hospital público universitário. A proposta desta metodologia é aplicar o VECP e o VEAS como indicadores de desempenho da criação de valor econômico nas entidades públicas.

Connolly (2016) utilizou a análise de contribuições para identificar como os gestores do Conselho de Saúde Nacional da Escócia poderiam criar valor público. O resultado mostrou uma estrutura de apoio que permitiu que gestores públicos, formuladores de políticas e pesquisadores entendessem até que ponto os resultados de programas ou políticas são o resultado de intervenções políticas, programas ou atividades de nível de serviço.

E, por fim, Schlichter, Svejvig & Andersen (2014) realizaram uma pesquisa ação, longitudinal, no período de 2010 a 2014, para identificar a criação de valor de saúde pública após a implementação de um sistema integrado de Tecnologia de Informação (TI) no Serviço de Saúde das Ilhas Faroé (FHS). O resultado da pesquisa foi a criação de uma estrutura para medir valor, que consiste em indicadores de qualidades e categoria de valores específicos da área de saúde e de Sistema de Informação (SI).

A Figura 3 sintetiza as ferramentas que foram mapeadas e identificadas nas pesquisas empíricas e teóricas desta revisão sistemática para identificar, mapear ou mensurar os valores públicos.

Figura 3 – Ferramentas de identificação e mensuração do valor público



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Essas ferramentas que foram mapeadas e identificadas das pesquisas empíricas e teóricas desta revisão sistemática, visam facilitar a busca dos valores públicos em pesquisas futuras.

3.4 Valor público na saúde

A literatura (Schlichter, Svejvig & Andersen 2014; Kumarasiri, 2015; Simonet 2017a) sobre valor público na saúde coloca que o valor público neste âmbito está relacionado às reformas oriundas da *New Public Management (NPM)*. Como consequência dessas reformas há uma ênfase crescente na prestação de contas nas organizações de saúde pública, por causa do valor público.

Informações de interesse do público, como os projetos implementados para melhorar a saúde pública, o número de operações bem-sucedidas realizadas e as instalações e serviços fornecidos pelos hospitais devem ser relatados nos relatórios de prestações de contas dos hospitais (Kumarasiri, 2015). A contabilidade do setor de saúde precisa adotar um sistema mais abrangente de responsabilidade devido às mudanças oriundas da *NPM*, uma sistemática que não sirva somente relatar valores financeiros ou econômicos nos relatórios anuais. As instituições de saúde devem utilizar a contabilidade como um mecanismo efetivo na sua prestação de contas sociais (Kumarasiri 2015; Simonet, 2017a), pois o valor público na área da saúde tem uma finalidade bem mais extensa do que a simples explanação de valores financeiros (Schlichter, Svejvig & Andersen 2014).

A área de saúde tem sido o centro das discussões normativas de valor público (Williams et al. 2007; Williams & Shearer, 2011). O valor público sugere institucionalismo centrado no ator e na autonomia das instituições do sistema de saúde, porém, não se sabe se isso será satisfatório para combater o problema da fraude nos serviços de saúde e melhorar a transparência e a prestação de contas para o público (Simonet 2017a). Esse autor argumenta que na área da saúde, os valores públicos não são a soma das preferências individuais, mas a combinação de metas politicamente mediadas e definidas coletivamente por uma variedade de partes interessadas, incluindo pagadores, profissionais da área médica e sindicatos.

Os gestores públicos da área de saúde devem se concentrar nos resultados dos serviços de saúde e encontrar argumentos para satisfazer a variedade de partes interessadas, como por exemplo, o governo, por causa da preocupação com o déficit orçamentário e com o público, devido a preocupação com o acesso à assistência (Simonet, 2017a; Simonet, 2017b).

Em relação aos estudos teóricos mais recentes sobre valor público na área de saúde, pode-se citar estudos como o livro de Hausman (2015) e os debates de Nord (2016), Kingma (2017), Wilson, (2017a), Wilson, (2017b). O livro intitulado “Valorizando a Saúde” (Hausman, 2015) teve como foco principal medições do valor público na saúde (Nord 2016; Kingma, 2017; Wilson 2017a; Wilson 2017b). Porém, a obra de Hausman foi bastante criticada por alguns autores (Wilson 2017; Wilson 2017; Kingma, 2017; Nord 2016) que não concordaram com a forma de sua abordagem sobre o valor público na saúde.

O principal objetivo de Hausman (2015) era determinar como a saúde deveria ser valorizada para fins de política pública. O autor argumenta que os formuladores de políticas devem medir o valor público da saúde, sem esperar que os economistas de saúde possam estimar o efeito das políticas de saúde (Wilson, 2017b). Para Hausman (2015) as medições de saúde podem medir apenas o valor da saúde e não a saúde propriamente dita, e saúde e doença são conceitos naturalistas e não avaliativos (Wilson, 2017a; Kingma, 2017).

Hausman (2015) elaborou uma conta positiva do valor público da saúde que se assemelhasse ao cálculo dos indicadores da saúde QALYs (*quality-adjusted life years*) que é mensurado a partir do cálculo acumulado dos anos com qualidade de vida não-vividos por motivo de doença, incapacidade ou morte e o DALYs (*Disability-Adjusted Life Year*) que é definido como uma medida do tempo vivido com incapacidade e do tempo perdido devido à mortalidade prematura (Nord 2016; Kingma, 2017). Hausman (2015) criou uma tabela de valor público da saúde, que tenta mensurar e quantificar numericamente o valor social de diferentes tipos e níveis de melhoria da saúde (NORD, 2016).

No que se refere a pesquisas empíricas na área da saúde pode-se citar estudos como os de Slade (2011), Singh et al. (2012), Schlichter, Svejvig & Andersen (2014), Connolly (2016) e Farr e Cressey (2018). A Tabela 3 resume esses estudos.

Tabela 3 – Estudos empíricos sobre valor público na área da saúde

Autor/Ano	Objetivo	Metodologia	Principais achados
Slade (2011)	Identificar as evidências adicionais de possíveis falhas de valores públicos, usando o modelo de Mapeamento de Valor Público (MVP).	O método utilizado para este estudo foi o estudo de caso e levantamento documental com análise de conteúdo.	Os autores encontraram que mapeamento de valor público é promissor, mas ainda precisa de mais testes e desenvolvimento metodológico.
Singh et al. (2012)	Investigar se o público valoriza mais as melhorias na área da saúde relacionadas à segurança do que as mesmas melhorias em contextos onde o sistema de saúde não é responsável.	Survey realizado <i>on-line</i> com o uso da análise multivariada.	Os resultados sugerem que as pessoas não atribuem um prêmio fixo simples às intervenções relacionadas ao valor público "segurança", mas que as preferências dependem mais do contexto.

Schlichter, Svejvig & Andersen (2014)	Identificar a criação de valor de saúde pública após a implementação de um sistema de TI.	Pesquisa ação aplicada no período de 2010 a 2014, com observação participante e análise de conteúdo.	O resultado da pesquisa foi a criação de uma estrutura para medir valor, que consiste em indicadores de qualidades e categoria de valores.
Connolly (2016)	Identificar como os gestores podem criar valor público a partir de uma perspectiva metodológica.	Estudo de caso com uso de entrevistas, <i>workshops</i> e análise de contribuição.	O resultado evidenciou uma estrutura de apoio aos gestores públicos para criar valor público.
Farr & Cressey (2018)	Ilustrar como os serviços de consultoria de aconselhamento criam diversos valores públicos na reforma do bem-estar social.	Estudo de caso longitudinal com o uso de entrevistas e a aplicação da ferramenta de retorno sobre o investimento social (SROI).	Os autores desenvolveram uma estrutura de impacto social usando a literatura de valor público, realismo e complexidade.

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

As pesquisas empíricas sobre a saúde desta trouxeram, além dos valores públicos da área de saúde, ilustrados na Tabela 4, novas categorias, dimensões, indicadores e ferramentas que facilitam, identificam e até mesmo ajudam a mensurar os valores públicos na área de saúde.

Tabela 4 – Valores públicos da área da saúde

Categoria de valor público	Dimensões/valor público	Indicador/observações	Autores
Valor estratégico	Qualidade Profissional	Tratamento de alta qualidade profissional	Schlichter, Svejvig & Andersen (2014)
Valor transacional	Qualidade Organizacional	Tempo de permanência no hospital	Schlichter, Svejvig & Andersen (2014)
Valor informacional	Qualidade Percebida pelo Paciente	Satisfação do paciente	Schlichter, Svejvig & Andersen (2014)
Valor emergente	Qualidade Percebida pelos Funcionários	Resultado de um processo de transformação ou mudança e capacidade de trabalhar em equipes multifuncionais	Schlichter, Svejvig & Andersen (2014)
Valor transformacional	Aprendizagem	Aprendizado ganho pelos colaboradores com implantação de novos projetos	Schlichter, Svejvig & Andersen (2014)
Valores legítimos	Transparência, prestação de contas e equidade	-	Simonet (2017a)
Valores instrumentais	Eficiência ou eficácia	-	Simonet (2017a)
Valores gerais	Qualidade, justiça, facilidade de acesso e acessibilidade	-	Simonet (2017a)
Valores gerais	Qualidade, acessibilidade e satisfação do paciente	-	Simonet (2017b)
-	Eficiência	Redução do custo dos cuidados	Simonet & Alkafaji (2017)
-	Qualidade	Melhora do acesso e a adequação dos serviços de saúde	Simonet & Alkafaji (2017)
-	Relevância e equidade	Reduz as iniquidades em saúde	Simonet & Alkafaji (2017)

-	Oportunidade, compaixão, justiça, solidariedade e respeito	-	Hausman (2015)
-	Segurança, aprendizagem e redução de custos	-	Williams, Kang & Johnson (2016); Wilson (2017)
Valor de uso	Conhecimento	Os conhecimentos sobre o sistema de benefícios.	Farr & Cressey (2018)
Valor relacional	Conexões relacionais	Atenção dadas às pessoas e o reconhecimento das suas dificuldades, doenças ou deficiências.	Farr & Cressey (2018)
Valor como dignidade	Senso de identidade e o valor pessoal	Quando as pessoas podem ser reafirmadas e reintegradas pelo sistema.	Farr & Cressey (2018)

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Percebe-se que para alguns dos valores públicos, evidenciados na Tabela 4, os autores categorizam e explicam os indicadores de valor que foram encontrados na área da saúde. Schlichter, Svejvig & Andersen (2014), por sua vez, encontraram cinco dimensões principais (qualidade profissional, qualidade organizacional, qualidade percebida pelo paciente, qualidade percebida pelos funcionários e aprendizagem) na pesquisa empírica por eles realizada. Essas dimensões de valores públicos da área da saúde, possivelmente servirão de apoio para identificar a criação de valores públicos em pesquisas futuras.

4 DISCUSSÃO

Os temas, as dimensões e outros elementos relacionados a valor público, que foram encontrados na análise da literatura realizada e apresentados na seção anterior, foram sintetizados em cinco constatações relevantes, que serão abordadas e discutidas na sequência.

Constatação 1. Apesar dos múltiplos conceitos encontrados, as pesquisas ainda buscam uma melhor compreensão sobre o valor público, pois para alguns autores o conceito de “valor público” ainda é não está muito claro. Por isso, com base nesta revisão sistemática, sugere-se como conceito mais atual “o valor público pode ser compreendido como os benefícios concedidos aos cidadãos, oriundos do resultado de políticas governamentais específicas por cada área de interesse”.

Constatação 2. Percebe-se, a partir do mapeamento realizado, a existência de escassez de pesquisas empíricas sobre valor público, principalmente na área da saúde. A maioria dos artigos encontrados nesta revisão sistemática, assim como a literatura encontrada após a leitura dos artigos, possui uma abordagem teórica. Grande parte das pesquisas encontradas está buscando estruturas para medir o valor público e outras estão criticando estudos anteriores sobre o tema. Poucas pesquisas buscaram a criação de valor público ou aplicaram as estruturas de medição já existentes na prática.

Constatação 3. Os valores públicos gerais abordados com maior frequência foram: confiança, serviços de qualidade, aprendizagem, transparência, justiça e segurança. Percebe-se também que são poucos os autores que estudaram exemplos de valores públicos na prática. Como na constatação 2, ainda há uma escassez de pesquisas empíricas elencando os valores públicos nas diversas áreas de interesse. Talvez a ausência dessa informação seja justificada pelas questões problemáticas existentes para a mensuração do valor público, como já apontado por Grieco, (2015) e Farr e Cressey (2018).

Constatação 4. Existe uma relação forte entre o tema valor público e temas como a governança pública, legitimidade e benefícios. Aparentemente, esses temas sempre estão alinhados entre si, ou seja, um depende do outro. Esses temas foram os mais abordados na

literatura revisada e a maioria dos autores afirmam que, para conseguir criar valor público, as instituições necessitam ter uma boa estrutura de governança pública, que precisam legitimar com o governo e com o público interessado os objetivos e resultados do valor público. Além disso, a literatura aponta que os valores públicos são a soma dos benefícios coletivos originados de políticas públicas para a sociedade interna e externa.

Constatação 5. Para identificar o valor público na área de saúde, primeiramente é necessário identificar as categorias, dimensões, entre as quais a qualidade, aprendizagem e o conhecimento, e os indicadores de saúde. Estes, geralmente, estão ligados à percepção dos colaboradores e à percepção dos pacientes.

5 CONCLUSÃO

Esta revisão sistemática tinha como objetivos identificar o conceito atual de valor público, mapear e identificar quais são os valores públicos que estão sendo criados no âmbito da saúde e verificar quais as ferramentas utilizadas para medir o valor público. Para a consecução destes objetivos e responder às questões de pesquisa, o estudo revisou sistematicamente a literatura encontrada em quatro bases de dados internacionais (*Google Scholar*, *Web of Science*, *Scopus* e *ABI/Inform Global*) no período de 2009 a 2019.

Foi elaborado um resumo (referencial teórico) das literaturas encontradas sobre o valor público, o qual foi complementado com os valores públicos de todos os âmbitos públicos que foram encontrados. A análise dos textos revisados permitiu apresentar os principais temas relacionados com valor público: a governança pública, a legitimação e os benefícios públicos; ensinou a estruturação de um conceito atual de valor público; permitiu destacar os valores públicos, indicadores e categorias encontrados nos estudos teóricos e empíricos da área saúde pública e sete ferramentas utilizadas para identificar e medir valores públicos. Também revelou que essas ferramentas foram utilizadas, na sua grande maioria, no âmbito da saúde.

Como contribuição para encaminhar pesquisas futuras, foram apresentadas cinco constatações resultantes da análise, com destaque para a obtenção de um conceito atual para valor público, temas relacionados ao valor público e elementos de mensuração do valor público, em especial na área de saúde, e escassez de pesquisas empíricas. Com isso acredita-se que o estudo atingiu o objetivo fixado e apresentou nichos para pesquisas futuras. Ademais, como a revisão sistemática limitou-se a apenas 4 bases de dados, sugere-se para pesquisas futuras, que o mapeamento seja realizado em outras bases de dados para aumentar o escopo do estudo. Além disso, sugere-se também criar outras palavras-chave para ampliar as *strings* de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Alford, J. (2008). The Limits to Traditional Public Administration, or Rescuing Public Value from Misrepresentation, *Australian Journal of Public Administration*, 67, 3, 357–66.
- Alford, J., & Hughes, O. (2008). Public value pragmatism as the next phase of public management. *The American Review of Public Administration*, 38(2), 130-148.
- Alford, J., & O'Flynn, J. (2009). Making sense of public value: Concepts, critiques and emergent meanings. *Intl Journal of Public Administration*, 32(3-4), 171-191.
- Beebeejaun, Y., Durose, C., Rees, J., Richardson, J., & Richardson, L. (2015). Public harm or public value? Towards coproduction in research with communities. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 33(3), 552–565.
- Benington, J., & Moore, M. H. (2011). Public value in complex and changing times. *Public value: Theory and practice*, 1.
- Biolchini, J., Mian, P. G., Natali, A. C. C., & Travassos, G. H. (2005). Systematic review in software engineering. *System Engineering and Computer Science Department COPPE/UFRJ, Technical Report ES, 679(05)*, 45.

- Bonacim, C. A. G., & da Araujo, A. M. P. (2014). Measurement of Economic Result in Public Organizations: A Departmental Analysis. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 10(2), 218.
- Bozeman, B. (2007). *Public values and public interest: Counterbalancing economic individualism*. Georgetown University Press.
- Bryson, J.M., Crosby, B.C. & Bloomberg, L. (2014). Public Value Governance: Moving beyond Traditional Public Administration and the New Public Management: Symposium Introduction. *Public administration review*, 74(4), pp. 445-456.
- Connolly, J. (2016). Contribution analysis as an approach to enable public managers to demonstrate public value The Scottish context. *International Journal Of Public Sector Management*, 29(7), 690–707.
- Corcoran, T., Rowling, L., & Wise, M. (2015). The potential contribution of Intermediary Organizations for implementation of school mental health. *Advances in School Mental Health Promotion*, 8(2), 57–70.
- Cordella, A., & Willcocks, L. (2012). Government policy, public value and IT outsourcing: The strategic case of Aspire. *Journal Of Strategic Information Systems*, 21(4), 295–307.
- De Graaf, G., & Paanakker, H. (2015). Good governance: Performance values and procedural values in conflict. *The American review of public administration*, 45(6), 635-652.
- De Jong, J., Douglas, S., Sicilia, M., Radnor, Z., Noordegraaf, M., & Debus, P. (2017). Instruments of value: using the analytic tools of public value theory in teaching and practice. *Public Management Review*, 19(5), 605-620.
- Farr, M., & Cressey, P. (2018). The social impact of advice during disability welfare reform: from social return on investment to evidencing public value through realism and complexity. *Public Management Review*, 21(2), 238–263.
- Gains, F., & Stoker, G. (2009). Delivering ‘public value’: Implications for accountability and legitimacy. *Parliamentary Affairs*, 62(3), 438-455.
- Gilson, L. (2016). Everyday Politics and the Leadership of Health Policy Implementation. *Health Systems & Reform*, 2(3), 187–193.
- Grieco, C. (2015). *Assessing social impact of social enterprises: Does one size really fit all?* Heidelberg: Springer.
- Haynes, P. (2015). *Managing complexity in the public services*. Routledge.
- Hausman, D. M. (2015). *Valuing health: well-being, freedom, and suffering*. Oxford University Press.
- Jacobs, L. R. (2014). The Contested Politics of Public Value. *Public Administration Review*, 74(4), 480–494.
- Jørgensen, T. B., & Vrangbæk, K. (2011). Value Dynamics: Towards a Framework for Analyzing Public Value Changes. *International Journal of Public Administration*, 34(8), 486–496.
- Kearney, C., & Meynhardt, T. (2016). Directing Corporate Entrepreneurship Strategy in the Public Sector to Public Value: Antecedents, Components, and Outcomes. *International Public Management Journal*, 19(4), 543–572.
- Kelly, K., G. Mulgan and S. Muers. 2002. *Creating Public Value. An Analytical Framework for Public Service Reform*. London: Cabinet Office.
- Kingma, E. (2017). Health, Disease and Naturalism: Hausman on the Public Value of Health. *Public Health Ethics*, 10(2), 109–121.
- Kingston, D., McDonald, S., Tough, S., Austin, M.-P., Hegadoren, K., & Lasiuk, G. (2014). Public views of acceptability of perinatal mental health screening and treatment preference: a population based survey. *BMC Pregnancy and Childbirth*, 14(67), 1–12.

- Kumarasiri, J. (2015). Public sector reforms: The changing role of accounting in New Zealand's public health sector. *New Zealand Journal of Applied Business Research*, 13(2), 1–12.
- Meynhardt, T. (2009). Public value inside: What is public value creation? *Intl Journal of Public Administration*, 32(3-4), 192-219.
- Moore, M. H. (1995). *Creating public value: Strategic management in government*. Harvard University Press.
- Moore, M. H. (2014). Public value accounting: Establishing the philosophical basis. *Public Administration Review*, 74(4), 465-477.
- Murphy, P. (2013). Public health and health and wellbeing boards: antecedents, theory and development. *Perspectives in Public Health*, 133(5), 248–253.
- Nord, E. (2016). Public Values for Health States Versus Societal Valuations of Health Improvements: A Critique of Dan Hausman's 'Valuing Health'. *Public Health Ethics*, 10(2), 138–147.
- Rhodes, R. A. (1994). The hollowing out of the state: The changing nature of the public service in Britain. *The Political Quarterly*, Vol.65, No.2, pp.138-151.
- Sadiqi, J. (2018). Evaluating the development of Smart communities: a public value perspective. *Marketing and Management of Innovations*, (2), 155–167.
- Schlichter, B. R., Svejvig, P., & Andersen, P. E. R. (2014). Value Creation from Public Healthcare IS. *IIFIP International Federation for Information Processing*, 429, 1–15. https://doi.org/10.1007/978-3-662-43459-8_1
- Simonet, D. (2017a). Public values and administrative reforms in French health care. *Journal of Public Affairs*, 17(3), e1604.
- Simonet, D. (2017b). Recentralization and vertical alignment in the French health-care system. *Journal of Public Affairs*, 17(4), 1–8.
- Simonet, D. & Alkafaji, Y. (2017). Critical evaluations of the French health care accounting indicators: the use of DRGS. *Public Administration Quarterly*, 41(3), 569–609.
- Singh, J., Lord, J., Longworth, L., Orr, S., McGarry, T., Sheldon, R., & Buxton, M. (2012). Does responsibility affect the public's valuation of health care interventions? A relative valuation approach to health care safety. *Value in Health*, 15(5), 690–698.
- Slade, C. P. (2011). Public Value Mapping of Equity in Emerging Nanomedicine. *MINERVA*, 49(1), 71–86.
- Williams, B. N., Kang, S.-C., & Johnson, J. (2016). (Co)-Contamination as the Dark Side of Co-Production: Public value failures in co-production processes. *Public Management Review*, 18(5), 692–717.
- Williams, I., Durose, J., Peck, E., Dickinson, H., & Wade, E. (2007). How can PCTs shape, reflect and increase public value? *Birmingham, UK: Health Services Management Centre*.
- Williams, I., & Shearer, H. (2011). Appraising public value: past, present and futures. *Public Administration*, 89(4), 1367–1384.
- Wilson, J. (2017a). Introduction to Symposium on Daniel Hausman's Valuing Health: Well-Being, Freedom and Suffering. *Public Health Ethics*, 10(2), 105–108.
- Wilson, J. (2017b). Public Value, Maximization and Health Policy: An Examination of Hausman's Restricted Consequentialism. *Public Health Ethics*, 10(2), 157–163.
- Zhang S.; Wang L. (2010). A public value approach to service management in public hospitals: an alternative to the balanced scorecard. *International Conference on Management and Service Science*. Retrieved from <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/5577188/>.

Apêndice A – Lista das literaturas encontradas da revisão sistemática

Author/Ano	Journal/Conference	Título	Abordagem
Beebejaun et al. (2015)	Environment and Planning C: Government and Policy	Public harm or public value? Towards coproduction in research with communities	Teórica
Connolly (2016)	International Journal of Public Sector Management	Contribution analysis as an approach to enable public managers to demonstrate public value the Scottish context	Empírica
Corcoran; Rowling; Wise (2015)	Advances in School Mental Health Promotion	The potential contribution of Intermediary organizations for implementation of school mental health	Empírica
Cordella; Willcocks (2012)	Journal of Strategic Information Systems	Government policy, public value and IT outsourcing: The strategic case of ASPIRE	Empírica
Farr e Cressey (2019)	Public Management Review	The social impact of advice during disability welfare reform: from social return on investment to evidencing public value through realism and complexity	Empírica
Gilson (2016)	Health Systems & Reform	Everyday Politics and the Leadership of health policy implementation	Teórica
Jacobs (2014)	Public Administration Review	The contested politics of public value	Teórica
Jørgensen; Vrangbæk (2011)	International Journal of Public Administration	Value Dynamics: Towards a framework for analyzing public value changes	Teórica
Kearney; Meynhardt (2016)	International Public Management Journal	Directing corporate entrepreneurship strategy in the public sector to public value: Antecedents, components, and outcomes	Teórica
Kingma (2017)	Public Health Ethics	Health, disease and naturalism: Hausman on the public value of Health	Teórica
Kingston et al. (2014)	BMC Pregnancy and Childbirth	Public views of acceptability of perinatal mental health screening and treatment preference: a population based survey	Empírica
Kumarasiri (2015)	New Zealand Journal of Applied Business Research	Public sector reforms: The changing role of accounting in New Zealand's public health sector	Teórica
Murphy (2013)	Perspectives in Public Health	Public health and health and wellbeing boards: antecedents, theory and development	Teórica
Nord (2016)	Public Health Ethics	Public Values for Health States Versus Societal Valuations of Health Improvements: A Critique of Dan Hausman's 'Valuing Health'	Teórica
Sadiqi, J. (2018)	Marketing and Management of Innovations	Evaluating the development of Smart communities: a public value perspective	Teórica
Schlichter; Svejvig; Andersen (2014)	IIFIP International Federation for Information Processing	Value creation from public healthcare IS	Empírica
Simonet & Alkafaji (2017)	Public Administration Quarterly	Critical evaluations of the French health care accounting indicators: the use of DRGS	Teórica
Simonet (2017a)	Journal of Public Affairs	Public values and administrative reforms in French health care	Teórica
Simonet (2017b)	Journal of Public Affairs	Recentralization and vertical alignment in the French health-care system	Teórica
Singh et al. (2012)	Value in Health	Does responsibility affect the public's valuation of health care interventions? A relative valuation approach to health care safety	Empírica
Slade (2011)	Minerva	Public value mapping of equity in emerging nanomedicine	Empírica
Williams; Kang; Johnson (2016)	Public Management Review	(Co)-Contamination as the dark side of co-Production: Public value failures in co-production processes	Empírica
Williams; Shearer (2011)	Public Administration	Appraising public value: past, present and futures	Teórica
Wilson (2017a)	Public Health Ethics	Public Value, Maximization and Health Policy: An Examination of Hausman's Restricted Consequentialism	Teórica
Wilson (2017b)	Public Health Ethics	Introduction to symposium on Daniel Hausman's valuing health: Well-Being, freedom and suffering	Teórica
Zhang e Wang (2010)	International Conference on Management and Service Science	A public value approach to service management in public hospitals: an alternative to the balanced scorecard	Teórica

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).